



Aldeia Mayoruna Trinta e Um nas margens do Javari, fronteira com o Peru.

BEATRIZ MATOS

## Os Mayoruna e a vigilância da fronteira

Beatriz de Almeida Matos  
Antropóloga/CTI

*A população dos Mayoruna (ou Matsés) no Peru é de 1.314 indígenas, que vivem em 14 comunidades nos rios Galvez, Choba e Javari. No Brasil, segundo os censos do DSEL Javari, são 943 pessoas, vivendo em 8 comunidades, no médio Javari, alto Javari-Jaquirana, igarapé Lobo, rio Curuçá e rio Pardo.*

*A participação dos Mayoruna que vivem no lado brasileiro da fronteira, na realização de expedições de reconhecimento e delimitação da TI, financiadas pelo PPTAL, é um marco da mudança das relações que o exército brasileiro mantinha com esses índios. Antes de todo o processo de demarcação da TI Vale do Javari (2001) essas relações eram de antagonismo. O exército muitas vezes puniu, sobretudo nos anos 1950 e 1960, os Mayoruna pelas investidas que estes dirigiam contra os madeireiros que invadiam seu território.*

*Hoje o exército começa a reconhecer o papel que os Mayoruna desempenham de vigilância da fronteira. Estes organizam expedições de fiscalização do território indígena por sua conta, com barcos, motores e gasolina da própria comunidade. Waki (apelidado Caiçuma), liderança da aldeia Lobo, é um dos grandes responsáveis por esse plano de vigilância, e ele e sua família mantêm casas de apoio com roças na boca do Batã e em outros pontos estratégicos. Em meados de 2005 essa casa foi queimada, acredita ele, por invasores.*

*André Mayoruna, vice-coordenador do Cívaja, esteve presente na última grande apreensão de madeira extraída ilegalmente na TI Vale Javari, em janeiro de 2003, episódio que descreve no depoimento abaixo, colhido no escritório do CTI em Tabatinga, em 26 de outubro de 2005.*

*"Bom, em janeiro de 2003, nós encontramos mais de 2000 toras de cedro e aguano (mogno), e a gente apreendeu. Subindo no alto rio Jaquirana, a gente pegou vários invasores, peruanos, brasileiros e nós fomos até a última placa. Eu, Beto [Eriverto Vargas, Marubo], que era responsável do PPTAL, e o Jaste, que era chefe de posto da Funai. Como vice-coordenador do Cívaja, eu acompanhei esse processo. Então o que nós achamos? Quando nós chegamos no Batã, a gente encontrou*

*a primeira jangada que vinha descendo, 140 toras de madeira. Aí nosso pessoal indígena tomou dos peruanos, atracamos no rio. Aí os peruanos queriam tomar, mas nós deixamos mais de 15 pessoas encima da madeira, guardando, até que outra equipe viesse até a jangada. Então nós seguimos viagem, até o rio Batã, achamos outra jangada, apreendemos essa madeira, e deixamos outro bocado, mais cinco pessoas, cuidando dessa madeira, e nós fomos até a última placa. Encontramos várias madeiras dentro do igarapé, e a gente apreendeu essa... nós expulsamos os peruanos. A gente apreendeu a madeira, 140 toras. Éramos eu e o Jaste, chefe de posto, na comunidade 31. Era a última madeira que vinha descendo.*

*Aí aconteceu que o patrão dos peruanos acionou os policiais militares para que eles pudessem passar as madeiras na comunidade. Só que nós não deixamos passar, nós apreendemos mesmo. Os quatro policiais peruanos estavam armados, e eles não queriam que a gente subisse encima da madeira. Mas nós, com terçado, com machado, com flecha, nós conseguimos subir encima da madeira. Aí o peruano disse que só com rajada matava a gente. Nós não tivemos medo, naquela hora nós éramos a polícia federal. E entre 60 Matsés subimos encima da madeira, e nós cortamos o cabo do que vinha trazendo, o rebocador, e nós conseguimos atracar do lado do Brasil com a madeira, 140 toras.*

*Então a gente apreendeu. Depois disso nós viemos embora para Atalaia, e acionamos a Funai, para que eles pudessem ir até lá na aldeia, eles foram depois, aí foram junto com Exército, Polícia Federal, Funai, o próprio Gilmar [Jóia, então administrador da Funai de Atalaia do Norte] estava lá. Aí eu não fui, eu fiquei em Atalaia. Então aí por lá eles fizeram um acordo entre a comunidade e o Exército, fizeram um acordo, dizendo que a madeira ia ser trazida para Tabatinga, ia ser serrada. Metade era do exército, metade era da comunidade. Então até hoje essa madeira não retornou para nossas comunidades. Eles falavam que a gente ia ser beneficiado, Cruzeirinho, Soles, Trinta e Um e o Lobo [nome de aldeias], para fazer escola. E não foram feitos hoje. Até hoje nosso pessoal reclama essa madeira".*